

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE -
PRODEMA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES:

Um estudo sobre relações de gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano

Rakuel Samara Silva Costa

Recife-PE, fevereiro de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE -
PRODEMA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES:

Um estudo sobre relações de gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Por

Rakuel Samara Silva Costa

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vitória Gehlen

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Arzabe

Recife-PE, fevereiro de 2009

Costa, Rakuel Samara Silva

Pra não dizer que não falei das flores: um estudo sobre relações gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano/ Rakuel Samara Silva Costa. - Recife: O autor, 2009.

137 folhas: il., fig., tb.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009.

Inclui bibliografia e anexos

1. Meio Ambiente 2. Biodiversidade – Conservação. 3. Agricultura familiar 4. Mulheres na Agricultura. I. Título.

504
577

CDU (2. ed.)
CDU (22. ed.)

UFPE
BCFCH2009/31

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE – PRODEMA – UFPE

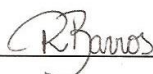
Rakuei Samara Siiva Costa

Pra não dizer que não falei das flores: um estudo sobre relações de gênero e biodiversidade no semi-árido pernambucano.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19/02/2009



Dr^a Vitoria Régia Fernandes Gehlen
Universidade Federal de Pernambuco
(Orientadora)



Dr^a Roseli Farias Melo de Barros
Universidade Federal do Piauí



Dr^a Marlene Maria da Silva
Universidade Federal de Pernambuco



Dr^o Marx Prestes Barbosa
Universidade Federal de Campina Grande

*Àquele pelo qual esperamos
cuja passada graciosa se faz a seu tempo
por um caminho mágico, único, lindo...
portando felicidade e sonhos: Lenine.*

AGRADECIMENTOS

- ✓ Ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, especialmente à equipe técnica de Triunfo, pelo valioso apoio na concretização desta pesquisa;
- ✓ Ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD, pelo apoio financeiro, essencial para o desenvolvimento do curso e da pesquisa.
- ✓ Ao PRODEMA, subprogramas UFPI e UFPE, suas coordenadoras, professores/as, orientadores/as, funcionários/as e colaboradores/as, pelo apoio e dedicação oferecidos;
- ✓ Às famílias da comunidade Alagoinha, em Triunfo/PE, pelo acolhimento caloroso, sem as quais este trabalho não teria sido possível, em especial: Socorro Pimenta, Zé Pimenta, Maria José (M^a Rosa), Cosme, Gilvaneide, Janete, Nildete, Luzinete, Maria do Rosário, Rejane, Aparecida, Maria do Socorro, M^a José (Socorro), Andréia, Neilda, José Baião, Augustim, M^a Josefa, M^a Helena, Noeme, Meury, Zita, Luiz Vicente e Maria Lorença, pela participação nas oficinas/entrevistas, e às 46 famílias que participaram dos questionários;
- ✓ Às jovens da comunidade Alagoinha, Triunfo/PE: Janaína Santos, Maria Claudiana, Rita de Cássia e Núbia Maria, pela colaboração na aplicação dos questionários e por todo apoio oferecido incondicionalmente, que permaneçam firmes nessa luta;
- ✓ Aos professores que arguiram este trabalho, contribuindo significativamente com o mesmo: Dr.^a Roseli Barros, Dr. Marx Barbosa, Dr.^a Marlene Silva e Dr.^a Vitória Gehlen (orientadora), além de Dr.^a Cristina Arzabe (co-orientadora) e Dr.^a Vanice Selva;
- ✓ Às companheiras e companheiros das turmas de mestrado da UFPI: Anésia, Anderson, Mara, Eliciana, Guilhermina, Carol, Marcelo, Roselane, Maura, Vitor, Kerle, Gracimar, Hana, Sammya, Carla Oliveira, Helanny e Ligia; e da UFPE: Aline, Artur, André, Felipe, Pedro, Cadu, Libanio, J. Quaresma, J. Galamba, Floro, e em especial: Fernanda, Michelle, Liliane, José Renato e Alfio; pelos momentos únicos que vivemos e partilhamos;
- ✓ Às amigas/os: Alba Valéria, José Aldo, Michela Calaça, Alexandre Pires, Verônica, Albertina e Uziel Wanderley pelo apoio, e a Marcelo José pela elaboração do abstract;
- ✓ A toda minha família, tias e tios, avós e avôs, primos e primas, em especial: Jesus Costa, mãe, equilíbrio e exemplo de luta; Raimundo Nonato (*in memoriam*), estrela que me guia e protege; João Moura, ser humano sempre disponível e solidário; Robson Costa, motivador desta e outras empreitadas; Rubens Costa, vencedor desde o nascimento; Carina Moura, presença e alegria em nossas vidas; e aos dois homens mais importantes de minha vida: Antônio Barbosa e Lenine, pelo amor, apoio, motivação e compreensão;
- ✓ À energia vital que nos move e inspira, seja ela o que for, venha de onde vier...;

Eu adoro plantar minhas coisas... o homem diz que eu só planto flor[...], mas eu planto de tudo: planto muita coisa pra comer e cuido de minhas flor também.

Sr.^a Maravilha (nome fictício)

Agricultora da comunidade Alagoinha - Triunfo/PE.

RESUMO

“Pra não dizer que não falei das flores: um estudo sobre relações e biodiversidade no semiárido pernambucano” aborda a importância do trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras no semiárido a partir de suas práticas, experiências e saberes no manejo e conservação da biodiversidade. Parte da constatação da existência de desigualdades de gênero construídas socialmente que negam e subvalorizam o papel reprodutivo e produtivo da mulher, em especial no meio rural, somado à necessidade de estudos e pesquisas que contribuam para a conservação da biodiversidade visando o enfrentamento da crise ambiental. Ao desafiar-se adentrar as fronteiras da interdisciplinaridade, entrecruzando essas duas temáticas, a pesquisa parte da desnaturalização da divisão sexual do trabalho e dos vínculos existentes entre as mulheres e o meio ambiente, configurando-se, enquanto estratégia social, na busca da construção de relações de gênero mais justas. Adota como referência para observação e análise, a área do quintal, ou “arredor de casa”, considerada socialmente como parte do espaço privado, doméstico, e, portanto, como de responsabilidade e cuidado das mulheres, e o conjunto de atividades desenvolvidas pelas mesmas no manejo dessas áreas e sua relação com a conservação da biodiversidade. Em seu processo de construção, a pesquisa adota um referencial metodológico pautado na triangulação de métodos, permitindo a articulação de múltiplas estratégias, aportes teóricos e técnicas de coleta de dados, numa abordagem de cunho quanti-qualitativa, visando captar elementos localizados em dimensões distintas, mas que se entrecruzam na análise. Nesse sentido, utiliza como instrumentais a técnica da observação participante, entrevistas e questionários, dentre outros. Do ponto de vista dos resultados, a pesquisa ratifica a existência de relações injustas entre homens e mulheres no campo, a partir do trabalho desenvolvido por ambos, da valorização e reconhecimento socialmente atribuídos de forma diferenciada. Por outro lado, constata a importância da área dos quintais, enquanto espaços extremamente diversificados em número e variedades de espécies de plantas e com múltiplos usos. Foram registradas 289 etnoespécies nas 46 áreas pesquisadas, havendo uma média de 37 etnoespécies por quintal, sendo que 35% dos quintais apresentaram mais de 40 etnoespécies. Cerca de 41% dessas plantas foram classificadas pelas famílias como de uso ornamental, 22% como de uso alimentício e 17% medicinal; demais 11% foram associadas ao uso madeireiro e 9% a outras formas de uso. Sendo áreas criadas e manejadas, via de regra, pelas mulheres, os quintais também se configuram enquanto importantes espaços de troca, construção e transmissão de saberes, aclimação de espécies, estímulo às sociabilidades locais a partir das relações envolvendo doações e partilhas de sementes e mudas e um conjunto de outras contribuições do trabalho desempenhado pelas mulheres que, direta ou indiretamente, resultam em experiências positivas no manejo e conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Relações de gênero; biodiversidade; semiárido; agricultura familiar.

ABSTRACT

"For not to say that I didn't talk about the flowers: a study on relations and biodiversity in the semiarid of Pernambuco" approaches the importance of the work developed for the farmers women in the semiarid from their practices, experiences and acquirements in the handling and conservation of biodiversity. It presupposes the confirmation of the existence of inequalities of gender socially constructed that deny and give little value the reproductive and productive role of the woman, in special in the rural environment, added to the necessity of studies and researches that contributes for the conservation of biodiversity intending the confrontation of the ambient crisis. When challenge itself to enter into the limits of the interdisciplinarity, intercrossing these two thematics, the research presupposes the denaturalization of the sexual division of the work and of the links that exist between the women and the environment, having configured itself while social strategy in the search of construction of relations of gender more jousts. It adopts as reference for examination and analysis the area of the yard, or "house surroundings", considered socially as part of the private, domestic space, and, therefore, as of responsibility and care of the women, and the set of activities developed for the women in the handling of these areas and its relation with the conservation of biodiversity. In its process of construction, the research adopts a methodological referential directed in the triangulation of methods, allowing the joint of multiple strategies, theoretical basis and techniques of collections of data, in a approach of quanti-qualitative matrix, intending to catch elements located in distinct dimensions, but that they are intercrossed in the analysis. Therein, it uses as instrumentals the technique of the participant examination, interviews and questionnaires, among others. From point of view of the results, the research ratifies the existence of unjust relations between men and women in the rural environment, from the work developed for both, from the valorization and recognition socially attributed of differentiated form. On the other hand, it evidences the importance of the area of the yards, while spaces extremely diversified in number and varieties of species of plants and with multiple uses. 289 ethnospecies had been registered in the 46 searched areas, having a average of 37 ethnospecies par yard, being that 35% of the yards presented more than 40 ethnospecies. About 41% of these plants had been classified by the families as of ornamental use, 22% as of nourishing use and 17% medicinal; others 11% had been associates to lumber use and 9% to other forms of use. Being areas produced and handled, usually, by the women, the yards also are configured while important spaces of exchange, construction and transmission of acquirements, acclimatization of species, stimulus to the local sociabilities from the relations with donations and divisions of seeds and scions, and a set of other contributions of the work developed for the women who direct or indirectly result in positive experiences in the handling and conservation of biodiversity.

Keywords: Relations of gender; biodiversity; semiarid; small-scale agriculture.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADESSSU: Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde

ASA: Articulação no Semiárido brasileiro

CDB: Convenção sobre Diversidade Biológica

CELPE: Companhia Energética de Pernambuco

COP8: Oitava Conferência das Partes

CPRM: Serviço Geológico do Brasil

DIESSE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos

FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOP3: Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena

NEAD: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OMS: Organização Mundial de Saúde

PDHC: Projeto Dom Helder Câmara

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODEMA: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

SARA: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

VBP: Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁGINA
1- População da comunidade Alagoinha por sexo e faixa etária, Triunfo/PE	56
2- Aposentadoria e benefícios sociais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	57
3- Área originária dos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	76
4- Distribuição das etnoespécies registradas nos quintais por categoria de uso na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	81
5- Origem das etnoespécies registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	84
6- Índice de constância das etnoespécies presentes nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	90
7- Plantas medicinais registradas nos quintais e formas de uso na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	92
8- Etnoespécies de uso alimentar registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	116
9- Etnoespécies de uso madeireiro registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	118
10- Etnoespécies de uso ornamental registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	119
11- Etnoespécies da mata utilizadas para fins de lenha/madeira nas cozinhas da comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	122
12- Lista completa de etnoespécies registradas nos quintais e formas de uso na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	PÁGINA
1 - Mapa de localização do município de Triunfo/PE.....	48
2 - Transporte de água na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	58
3 - Transporte escolar na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	59
4 - Curandeiro/rezador da comunidade Alagoinha Triunfo/PE “tirando o sol” de criança	60
5 - Trabalho de grupo durante oficina de gênero na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	67
6 - Aplicação de questionário por jovem da comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	68
7 - Agricultoras realizando trabalho rotineiro na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	71
8 - Área média dos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	76
9 - Manejo dos Quintais (principais atividades) na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	77
10 - Manejo dos quintais por sexo na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	77
11 - Principais fontes de água utilizadas no abastecimento dos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	78
12 - Formas de obtenção das plantas registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	82
13 - Agricultoras realizando troca sementes de espécies ornamentais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	82
14 - Mapa dos fluxos de origem das plantas registradas nos quintais da comunidade Alagoinha Triunfo/PE	84
15 - Sementes, cascas e folhas armazenadas em fogão velho na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	85
16 – Etnoespécies de uso ornamental registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	86
17 - Agricultora apresentado a diversidade de seu jardim na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	88
18 - Utilização das plantas ornamentais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	89
19 - Utilização de lambedor extraído de ervas medicinais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	91
20 - Etnoespécies de uso medicinal registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	95

21 - Etnoespécies de uso alimentar registradas nos quintais na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	96
22 - Agricultora moendo o café na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	97
23 - Famílias preparando a pamonhada na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE	98
24 - Consumo mensal de madeira/lenha domiciliar na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE..	99
25 - Agricultora fazendo a coleta de lenha na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	100
26 - Agricultora à sombra do Juazeiro na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE.....	101
27 - Preparo da Sabugueira para comercialização na comunidade Alagoinha, Triunfo/PE..	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. RELAÇÕES DE GÊNERO, BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: INTERFACES DE UM DEBATE TEÓRICO	18
2.1 - SITUANDO-SE NAS TEORIAS DE GÊNERO	19
2.1.1 - O nascimento do termo Gênero	19
2.1.2 - Contribuições sobre a origem das desigualdades de gênero.....	23
2.1.3 - Para além de debate dicotômico “natureza x cultura”: uma crítica ao ecofeminismo	27
2.2 - A SUSTENTABILIDADE NUMA OUTRA BIODIVERSIDADE	33
2.3 - A AGRICULTURA FAMILIAR E AS MULHERES NO CAMPO	39
2.3.1 - Qual agricultura familiar?.....	39
2.3.2 - O contexto das mulheres no campo	43
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE PESQUISA	47
3.1 - TRIUNFO: UM OÁSIS NO SEMIÁRIDO?.....	48
3.2 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE TRIUNFO	52
3.3 - SOBRE A COMUNIDADE ALAGOINHA	55
3.4 - CRUZANDO REFERENCIAIS: CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	62
4. PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E SABERES DAS MULHERES NO MANEJO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	70
4.1 - ROTINAS DE TRABALHO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE	70
4.2 - MANEJO DOS QUINTAIS: SUSTENTABILIDADE ANCORADA NAS PRÁTICAS DAS MULHERES	75
4.3- BIODIVERSIDADE NOS QUINTAIS: ESPAÇOS DE USOS MÚLTIPLOS.....	81
4.3.1 - As plantas ornamentais e a importância dos jardins	81
4.3.2 - Contribuições das mulheres para a saúde e alimentação	89
4.4 - AS MULHERES E OS SABERES DA BIODIVERSIDADE.....	102
5. CONSIDERAÇÕES	105
6. REFERÊNCIAS:	109
ANEXOS	114

1. INTRODUÇÃO

Ao propor como tema de pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA - uma interconexão entre os debates: relações de gênero e biodiversidade tinha-se ciência da amplitude do desafio que deveria ser enfrentado, em especial por se tratar de uma pauta que segue na contramão do paradigma econômico hegemônico e por compelir ao exercício de um trabalho interdisciplinar, prática ainda distante na doutrina acadêmica atual.

Não obstante a essa certeza, a provocação foi posta, partindo da constatação de duas problemáticas atuais: a existência de desigualdades de gênero construídas socialmente, que negam e subvalorizam o papel reprodutivo e produtivo da mulher, e a complexidade da crise ambiental evidenciada a partir de 1960, que pautou o imperativo debate sobre a conservação da biodiversidade, exigindo, enquanto uma das estratégias para sua compreensão e superação, a construção de um novo saber com a interação entre conhecimentos, incluindo os saberes construídos e acumulados pelas mulheres.

É um tema, pois, que se insere em um contexto de questionamento do termo “desenvolvimento sustentável” que, há alguns, anos vem conquistando peso nos espaços de discussão sobre questões ambientais e estratégias de sustentabilidade. Nesse sentido, a título de introdução, é mister contextualizar e apresentar o tipo de “desenvolvimento” que se está tratando.

A corrente econômica hegemônica, de forma geral, trabalha com o termo desenvolvimento associado à noção de “progresso” e crescimento econômico, ancorada no estilo e padrão de vida e de consumo das sociedades ocidentais industrializadas.

Sob essa ótica do “progresso” e do “desenvolvimento”, o final do século XX foi marcado por inúmeras transformações na agricultura, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial. À luz da “modernização tecnológica”, emerge a conhecida “Revolução Verde”, sob a égide de combater a fome e a miséria do mundo. A partir da imposição de um conjunto de técnicas, implementos e práticas agrícolas, como a utilização de insumos industriais, máquinas sofisticadas, agrotóxicos, adubos químicos e sementes modificadas, dentre outros, a “Revolução Verde” modificou a estrutura da agricultura brasileira, visando a produção em larga escala para a exportação, e isso trouxe inúmeros prejuízos relacionados à degradação ambiental e sócio-cultural das famílias agricultoras sem, no entanto, solucionar o problema da fome e da miséria:

Essa nova lógica de produção, aumentou os custos, principalmente, com insumos e máquinas, sendo que a rentabilidade quase sempre significou perdas para as famílias rurais [...] com o passar do tempo e a intensificação do processo de modernização, os problemas foram aumentando, principalmente devido aos seus impactos ambientais, sociais e econômicos, principalmente nos países subdesenvolvidos, relacionados ao aumento da pobreza no campo e o consequente êxodo rural (PASTORE, 2005, p. 4).

A partir do final dos anos 1960 e início de 1970, o mundo começa a perceber que os resultados da difusão de tais tecnologias e técnicas produtivas seriam insuficientes para resolver os problemas da oferta de alimentos e das desigualdades, além de provocar efeitos catastróficos sobre a natureza, de forma acelerada.

A crise ambiental evidenciada pautou a discussão sobre o modelo de desenvolvimento econômico mundial e a questão da finitude dos recursos naturais, incitando a preocupação com a biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas como elemento de destaque.

Nesse sentido, o questionamento desse modelo de “desenvolvimento”, passa pela perspectiva da valorização de alternativas sustentáveis, na relação que homens e mulheres estabelecem entre si e com a natureza nos diferentes contextos e regiões. A idéia de sustentabilidade deve, portanto, estar ancorada numa abordagem multidimensional, considerando a complexidade dos elementos que compõem a realidade, envolvendo os aspectos econômicos, ecológicos, políticos, sociais, culturais e éticos.

Nessa linha, considera-se que tanto os debates sobre a sustentabilidade e conservação da biodiversidade, como sobre as relações sociais de gênero, configuram-se como contraposição às concepções produtivistas e economicistas que são norteadas pela lógica do capital e do mercado.

Reconhecer que as práticas de desigualdades econômicas, ambientais e sociais também se configuram nas relações injustas entre os sexos, é pressuposto básico para a inserção das discussões sobre gênero no debate sobre as estratégias de sustentabilidade e conservação da biodiversidade.

Ao falar em relações sociais de gênero, faz-se referência a um conceito usado para explicar a construção social do ser mulher e do ser homem na sociedade que, conforme Nobre (1998), possui não apenas uma base ideológica, mas também uma base material que se expressa na divisão sexual do trabalho e, como toda construção, se refere a algo mutável. Assim, as análises acerca das relações sociais de gênero devem estar associadas a um contexto histórico e sócio-cultural e estão interligadas a outras relações sociais como classe, etnia e entre gerações.

É mister, pois, reconhecer o papel que as mulheres desempenharam historicamente a partir da observação da natureza, das práticas, dos símbolos e saberes acumulados, ressaltando que esse processo não deve ser analisado sob uma ótica essencialista, a partir de vínculos naturais ou biológicos, mas enquanto processo sócio-cultural construído historicamente.

Essa relação estabelecida pelas mulheres com o meio-ambiente, em muitos lugares, é, conforme Siliprandi (2005), de grande importância para a manutenção da biodiversidade, pelo desenvolvimento de práticas, no cultivo de hortas, lavouras e pequenos animais, como a seleção e o armazenamento de sementes, aclimação de novas espécies, construção e transmissão de saberes sobre a utilização de determinados produtos, contribuindo para que esses materiais e saberes não se percam.

Responsáveis, em grande parte, pela segurança alimentar das famílias, as mulheres acabam por desempenhar múltiplas atividades, sendo uma delas o cuidado com a área do quintal, ou espaço ao redor de casa, caracterizado pela diversidade, consistindo também em espaço de geração de renda, segurança alimentar e saúde, além de campo de experimentação e aclimação de espécies para posterior utilização em maiores escalas.

Isso corrobora para destacar o papel das mulheres na construção e transmissão de saberes sobre as variedades de plantas e sementes, sua utilização, e a importância de suas práticas e experiências para a aclimação de espécies e a conservação da biodiversidade:

Em muitos lugares o trabalho que as mulheres realizam tem uma importância muito grande para a manutenção da biodiversidade, pois ao fazerem a horta, os pequenos cultivos, ao cuidarem dos animais domésticos, das plantas medicinais, elas estão contribuindo para que esses produtos não se percam (porque guardam sementes, aclimatam novas espécies, transmitem os conhecimentos sobre como utilizar cada produto) (SILIPRANDI, 2005, p.16).

Nessa perspectiva, com o objetivo de estudar as práticas, experiências e saberes das mulheres agricultoras numa região semi-árida e sua relação com a conservação da biodiversidade, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e de campo, aqui sistematizada, junto às famílias agricultoras da comunidade Alagoinha, no município de Triunfo, localizado na microrregião Vale do Pajeú, Sertão pernambucano.

A presente pesquisa fora norteadada pela seguinte questão central: As práticas, experiências e saberes das mulheres agricultoras do semiárido no município de Triunfo, Pernambuco, contribuem para a conservação da biodiversidade? De que forma?

O processo de desenvolvimento do estudo visou o resgate e valorização das ações desenvolvidas pelas mulheres no meio rural para a conservação da biodiversidade, possibilitando a discussão sobre relações de gênero e biodiversidade.

Para tanto, além do cotidiano das famílias e da área comunitária, adotou-se como espaço central de observação em cada família, uma das áreas que, pela divisão social do trabalho, é reconhecida e legitimada como de responsabilidade e cuidado das mulheres: a área do quintal ou “arredor de casa”, destacando suas práticas, experiências e saberes no manejo e conservação da biodiversidade, além de um conjunto de outras contribuições do trabalho desenvolvido pelas mesmas.

A presente dissertação está organizada em três capítulos principais. O primeiro capítulo situa teoricamente os conceitos e categorias adotadas para efeito da pesquisa, compreendendo: noções teóricas e históricas sobre o debate de gênero, sobre as origens das desigualdades entre os sexos, e uma crítica à teoria ecofeminista; o debate acerca do conceito de biodiversidade enquanto estudo amplo; e o conceito de agricultura familiar a partir da teoria do campesinato, apresentando um breve contexto das mulheres no meio rural brasileiro.

O segundo capítulo descreve a área de estudo e a metodologia adotada na pesquisa. Caracteriza o município de Triunfo em suas especificidades climáticas, geográficas, ambientais, econômicas e sócio-políticas, bem como a comunidade Alagoinha, sua composição, aspectos históricos, demográficos, econômicos, culturais e sociais. Além disso, apresenta a estrutura metodológica de desenvolvimento da pesquisa, fundada no sistema de “Triangulação de Métodos”, com base em Minayo (2005), a partir da combinação de abordagens qualitativa e quantitativa, e descreve o conjunto dos instrumentais adotados para coleta e análise dos dados.

O capítulo final apresenta o conjunto das análises e resultados obtidos com a pesquisa. Aponta as principais constatações acerca da rotina de trabalho e das relações de gênero na comunidade; as práticas das mulheres no manejo dos quintais e a relação com a sustentabilidade; e as contribuições das mulheres para a biodiversidade nos quintais, destacando a diversidade de plantas ornamentais e a importância dos jardins, as alimentares e medicinais e sua contribuição para saúde e alimentação familiar e comunitária, além das madeiras e demais usos das plantas dos quintais, com destaque para a importância dos saberes construídos e acumulados pelas mulheres para a conservação da biodiversidade.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO, BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: INTERFACES DE UM DEBATE TEÓRICO

Conforme Mariano (2008), é bem verdade que tanto a Sociologia Clássica como a Moderna, embora em graus diferenciados, convergem em resistir à incorporação das contribuições feministas em seus debates teóricos, sendo a tendência em isolar os estudos de gênero, um outro problema. Esse isolamento dos estudos de gênero no campo predominante da produção dos estudos feministas, segundo a autora, contribui para a construção de uma compreensão do gênero como área temática específica, que pode aparecer como “adendo” ou “ressalva”, mas não como categoria analítica que contribuiria para uma reflexão mais ampla acerca de várias questões sociais e não apenas do estudo sobre as mulheres.

No intuito de romper com essa lógica a presente disputa foi aqui travada, pautando o debate de gênero para além de um tema específico, ou como “coisa de mulher”, mas incorporando-o ao atual contexto de questionamento do modelo de desenvolvimento, debate sobre sustentabilidade e sobre a crise ambiental, contexto esse em que as desigualdades de gênero também se expressam e devem, portanto, ser pautadas, refletidas e questionadas.

Este trabalho não pretendeu partir de uma oposição binária: “homem x mulher”, reproduzindo um essencialismo ultrapassado que justifica ações, comportamentos e situações a partir de determinantes biológicos e sexuais.

Ao trabalhar a conservação da biodiversidade a partir das ações desempenhadas pelas mulheres não buscou-se formular essa oposição, no sentido de que elas “cuidam” e “preservam”, enquanto eles “se apropriam” e “destroem”. Ao contrário, ao fazer uma reflexão histórica e social, partiu-se da rejeição a esse pensamento que reforça a idéia de perpetuidade, auto-reprodução e imutabilidade nas relações entre os sexos.

Defender que as mulheres contribuem para a conservação e manejo da biodiversidade não deve ser usado como argumento para atribuir-lhes mais uma responsabilidade direcionando a elas a tarefa de “salvar o planeta”, mas reconhecer esse papel desempenhado, no sentido de valorizar suas práticas, reconhecendo a importância de seu trabalho, incorporando essas ações às políticas sociais de gênero e favorecendo a geração de ações e políticas públicas de promoção e apoio dessas práticas, no sentido da construção de mudanças reais e mais justas nas relações entre homens e mulheres.

2.1 - SITUANDO-SE NAS TEORIAS DE GÊNERO

2.1.1 - O nascimento do termo Gênero

O debate acerca da condição da mulher, ou sobre relações de gênero, como todo debate político que envolve tomada de consciência e posição, é pautado a partir de múltiplas perspectivas e sob diferentes olhares. Essas distinções, conforme já falara Collin (1993), não podem e nem devem ser vistas e vividas apenas como algo negativo.

Assim, pois, também ocorre dentro do feminismo, articulando-se de várias maneiras, conforme as conjunturas, a partir de determinadas correntes de pensamento. Para Collin (1993) a construção desses diferentes projetos não é evidente e nem se dá de antemão, mas está diretamente articulada aos distintos contextos e necessidades, como também às diferentes imagens que se faz acerca do ser homem, do ser mulher e da sociedade como um todo.

A fim de embasar o debate travado ao longo deste trabalho, inicialmente propõe-se um recorte temporal, resgatando as principais contribuições do movimento feminista a partir de 1965, quando do surgimento do chamado “novo feminismo” (BICALHO, 2003), pontuando algumas das principais correntes do feminismo contemporâneo, no intuito de fundamentar uma reflexão teórica sobre o que se compreende por relações sociais de gênero¹.

Saffioti (2004) apresenta que foi um homem, Robert Stoller, psicanalista americano, o primeiro a mencionar e conceituar gênero, publicando em 1968 o livro “Sexo e Gênero”, porém o debate só conquista espaço, de fato, após 1975, com o artigo de Gayle Rubim, antropóloga, intitulado: “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a Economia Política do Sexo”, o qual favoreceu os “estudos de gênero”.

No entanto, Saffioti (1999) defende que, apesar de não ter utilizado o termo Gênero, Simone de Beauvoir em “O segundo Sexo” apresenta, em 1949, os fundamentos do conceito

¹ Anterior a esse momento, Bicalho (2003) *apud* Gomariz (1992), periodiza os estudos de gênero em fases. A primeira, durante os séculos XVII e XVIII, em que as mulheres se posicionam politicamente durante a Revolução Francesa, e exigem seu lugar na cidade, pautando o debate sobre os seus direitos civis e políticos, em especial ao voto e à participação feminina nas revoluções políticas. A segunda fase, no século XIX, em que as feministas reivindicam o direito ao trabalho e educação, e as mulheres se apresentam no movimento operário e nas lutas políticas. Característica forte nesse momento é o “feminismo da mulher trabalhadora” apoiado pelo marxismo e pela defesa de Engels do fim da propriedade privada e do casamento como condições para libertação da mulher da situação de opressão. O “sufragismo” e o movimento operário são as palavras chaves da Terceira fase, entre 1880 e 1940, seguida pela fase do “feminismo clássico”, que vai até 1965, com os debates sobre os papéis sexuais e o parentesco.

de gênero ao explicar a famosa frase: “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher”, sendo considerada, pela referida autora, a precursora do conceito de gênero.

Enquanto categoria de análise, o termo gênero foi explicitamente apresentado ao mundo acadêmico na década de 1970, via estudos teóricos das universidades dos EUA e Europa. Nesse período, segundo Bicalho (2003), as idéias fortes são: sexualidade e poder, a biologia e os instintos. É aqui que nasce o chamado “Feminismo da diferença”, no qual o Ecofeminismo se inspira, e que será aprofundado adiante.

A partir de então, em especial nos anos 1980, desenvolvem-se as teorias de gênero, num período tido como de crise no movimento feminista, em que se formam blocos de teorias ou correntes feministas.

Bicalho (2003), referindo-se a Ritzer, aponta pelo menos três blocos de teorias feministas contemporâneas: O primeiro, refere-se às “teorias das diferenças de gênero”, em que as diferenças entre mulheres e homens são explicadas a partir do ponto de vista biológico, institucional e sociopsicológico; o segundo bloco é do grupo das “teorias das desigualdades entre os gêneros”, que se subdivide em “feminismo liberal”, em que a desigualdade seria superada politicamente por meio do direito à educação e ao voto, e “feminismo marxista”, em que a superação da sociedade de classes seria a condição para a superação das desigualdades de gênero; e o terceiro, o bloco das “teorias da opressão de gênero”, que entende as diferenças e desigualdades de gênero como subprodutos do patriarcado, havendo diferentes posicionamentos frente à opressão explicados por diferentes correntes como a “teoria feminista psicanalítica”, o “feminismo radical”, o “feminismo socialista” e o “feminismo da terceira onda”.

Nesse processo, o pioneirismo das reflexões acerca do termo gênero enquanto categoria é devido ao clássico de Joan Scott: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, publicado em 1986. Conforme a autora, o termo gênero, referindo-se às relações sociais entre mulheres e homens, que só começou a ser utilizado pelos/as estudiosos/as enquanto categoria de análise apenas no final do século XX, dá-se em meio a um contexto de “efervescência epistemológica” nas ciências sociais. Até então, enfatiza, era visível a dificuldade das feministas em integrar o conceito de gênero às construções teóricas preexistentes, algumas teorias centraram-se na lógica de oposição “masculino x feminino”, outras o adotaram enquanto “questão feminina”, e outras buscaram trabalhar a construção da “identidade sexual subjetiva”.

Scott (1991) resgata que, inicialmente, o conceito de gênero, ou “gender” distinto de “sex”, passou a ser utilizado pelas feministas americanas, numa forma de rejeição ao determinismo biológico, defendendo o caráter fundamentalmente social das relações entre os sexos, introduzindo, assim, uma noção relacional entre os estudos e análises.

Algumas teóricas faziam relação entre as desigualdades de poder, contendo gênero, raça e classe, numa forma de incluir a fala dos oprimidos. Scott (1991) critica essa associação, segundo ela, devido à existência de uma paridade entre os três termos e por não haver unanimidade sobre os conceitos e teorias a respeito dessas categorias, e defende uma redefinição e reestruturação do conceito de gênero, em conjunto com uma visão de igualdade política e social, que inclui, além do sexo, a classe e a raça.

Scott (1991) também denuncia o fato de, historicamente, gênero ter sido tratado apenas descritivamente, por grande parte dos/as historiadores/as feministas, a partir de “formulações teóricas utilizáveis”, limitadas e que não questionam os conceitos hegemônicos, contribuindo para a particularização da história das mulheres. Aponta ainda um outro elemento: o fato de nos anos 1980, gênero ser utilizado como sinônimo de mulheres, enquanto estratégia de busca de uma “legitimidade acadêmica” pelos estudos feministas, por possuir uma conotação mais objetiva e neutra do que o termo “mulheres”, e integrar-se à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se da política e do feminismo.

No sentido referido acima, critica Scott (1991), gênero, enquanto novo campo de estudos e pesquisas históricas, limitou-se à descrição, conceito associado aos estudos das coisas relativas às mulheres, não questionando e não modificando os paradigmas existentes, e não implicando, necessariamente a tomada de posição sobre a desigualdade e sobre o poder.

A mesma autora resume as abordagens teóricas em gênero dos/as historiadores/as feministas em três posições teóricas distintas. A primeira refere-se à teoria do patriarcado, centrada na subordinação das mulheres, originada na reprodução para uns, em que a dominação masculina é explicada a partir do desejo de transcender sua privação dos meios de reprodução da espécie (pertencentes às mulheres com sua capacidade reprodutiva) subordinando as mulheres, e na sexualidade para outros. E faz a crítica de que sua análise se baseia na diferença física, universal e imutável, e o fato de propor uma análise interna ao sistema de gênero, não relacionando a desigualdade de gênero com o conjunto de outras desigualdades.

A segunda teoria é a que nasce da Tradição Marxista, guiada por uma teoria da história, em que se busca uma explicação “material” para o gênero, ora centrada no debate

marxista ortodoxo sobre o modo de produção, ora articulando patriarcado e capitalismo, como sistemas separados, mas em interação, em que, ao final, a causalidade econômica é prioritária e determinante. Scott (1991) critica essa teoria, pois ao centrar numa explicação “material” para o gênero atrasou o desenvolvimento de novas análises, o conceito de gênero foi durante muito tempo tratado como sub-produto das estruturas econômicas sem seu estatuto próprio de análise.

E a terceira teoria pontuada entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, trata da construção da identidade de gênero, a partir dos estudos das etapas iniciais de desenvolvimento da criança, e do papel da linguagem. A crítica de Scott (1991) é pelo fato de essa teoria limitar o conceito de gênero à esfera da família, colocando como dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivo entre homens e mulheres.

Segundo a referida autora, é a partir do debate e crítica acerca da ciência positivista, ao empiricismo e o humanismo, que as feministas começam e encontrar uma via teórica própria, teorizar sobre suas práticas e desenvolver o conceito de gênero como categoria de análise. Essa via teórica, se aproxima do pós-estruturalismo e do conceito foucaultiano de poder, considerando as relações dispersas e descentralizadas de poder.

E, define gênero enquanto “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] e uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1991, p.14).

Para a autora, o conceito de gênero inclui quatro elementos inter-relacionados, que são: os símbolos e suas representações, construídos culturalmente; os conceitos normativos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas; a noção de político; e a identidade subjetiva.

No sentido das constatações de Saffioti (2004) gênero pode ser compreendido para além de categoria de análise, mas enquanto categoria histórica, concebido em várias instâncias, em que cada feminista enfatiza determinado aspecto, havendo, diante das múltiplas abordagens, um consenso de gênero enquanto construção social do masculino e do feminino.

Para Araújo (2000) uma importância fundamental diante desse processo de debate acerca do conceito de gênero, foi a compreensão de que o mesmo só existe em função da relação com o outro, ampliando politicamente o olhar sobre os/as envolvidos/as, deixando de ser um problema de mulher, demandando alterações nos lugares, práticas, valores do conjunto

da sociedade. Isso, ressalta a autora, contribuiu para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia.

Nessa perspectiva, a título de aplainamento neste estudo, entende-se o conceito de relações de gênero, ou simplesmente gênero, partindo das relações sociais entre os sexos, entendidas aqui enquanto produtos da cultura, sendo, portanto, uma construção social, que deve, necessariamente, considerar as diversidades culturais e os diferentes tempos históricos e espaços em que são construídas.

Além disso, o conceito de gênero não se limita à experiência da família, e ao universo doméstico, embora seja um espaço importante de manifestação dessas relações, que estão articuladas a outros sistemas sociais, culturais, econômicos, políticos e de poder no conjunto da sociedade.

2.1.2 - Contribuições sobre a origem das desigualdades de gênero

O que explicaria as desigualdades de gênero? Essas e outras questões estiveram presentes nas reflexões feministas, e motivaram, dentre muitos estudos, os de Rosaldo (1979), que considera a desigualdade sexual como um fato universal nas sociedades, e busca compreender as razões desse fato. A mesma, posiciona-se criticamente em relação às explicações universais e necessárias; para ela essa desigualdade é produto de diferentes fatores, não centrados diretamente na biologia, como pretendem alguns, mas na experiência humana, defende.

Assim, a autora trava um debate centrado na diferenciação entre as esferas “doméstica” e “pública”, para explicar essa desigualdade em termos psicológicos, culturais, sociais e econômicos. Segundo a mesma, essa oposição sustenta uma identificação das mulheres com a vida doméstica, justificada pelo papel de mãe e pelas responsabilidades no cuidado com os/as filhos/as, conduzindo a uma compreensão da posição social da mulher a partir da orientação doméstica.

Rosaldo (1979) propõe uma revisão dos papéis sexuais em nível das atividades domésticas: para a autora, quanto maior a diferenciação entre as esferas de atividades “doméstica” e “pública”, mais baixo será o status feminino, e portanto, uma sociedade com características mais igualitárias seria possível na medida em que os homens assumissem os papéis domésticos.

No mesmo sentido, Ortner (1979) considera o status secundário atribuído às mulheres como um fato “pan-cultural” e uma verdade universal, apesar das diversas concepções culturais e simbolizações da mulher.

Contudo, para a Ortner (1979), essa constatação implica reconhecer que não é apenas reclassificando tarefas e papéis no sistema social, ou mesmo reorganizando a estrutura econômica que se pode desenraizar a situação da profunda subordinação feminina.

Para a autora, a inferioridade feminina em cada cultura pode ser salientada a partir de três elementos: A “ideologia cultural”, e sua desvalorização explícita das mulheres, seus papéis, atribuições, atividades; os “esquemas simbólicos”; e as “classificações sócio-culturais”. Assim, é a estrutura de sistemas de valores definidos pela cultura, ou as tradições culturais herdadas, que atribuem significados a certos dados e diferenças.

Araújo (2000) reconhece a importância de se incorporar as dimensões subjetivas e simbólicas aos estudos de gênero conduzindo-os para além das fronteiras materiais e biológicas, numa tentativa de compreender as múltiplas manifestações da dominação masculina.

No entanto, ressalta Araújo (2000), considera-se um problema a ênfase dada, nas análises pós-estruturalistas, às dimensões subjetivas e às relações de poder, desvinculados das bases materiais, deixando gênero de ser um conceito meio, para ser um conceito totalizador, centrado na construção de significados e símbolos das identidades masculinas e femininas.

Essa base material nos estudos de gênero deve grande parte de seus esforços às contribuições do marxismo. Não obstante a todos os limites dessa abordagem, já historicamente criticados, Araújo (2000) resgata algumas de suas contribuições, em que o enfoque histórico e material da teoria marxista contribuiu para a desnaturalização da subordinação da mulher, fugindo dos enfoques essencialistas, ao situar, na construção das relações sociais, nos diferentes contextos socioeconômicos, a origem desse processo, que passa a ser percebido como algo passível de transformação. Um outro aspecto, também comentado pela autora, é o fato de permitir a leitura de que, como parte de um único processo as esferas da produção e da reprodução não estão seccionadas, mas conformam uma totalidade na reprodução social da vida material.

Sacks (1979), resgatando a teoria materialista de Engels, analisa a posição feminina variando nas sociedades e épocas conforme as relações econômicas e políticas existentes, em que na ausência de propriedade privada, as atividades “produtivas” dos homens eram

valorizadas igualmente ao trabalho “reprodutivo” das mulheres, e a produção de ambos visava o consumo.

Engels (1963), em continuidade aos trabalhos iniciados por Marx, parte dos estudos de Morgan, Bachofen, e Mac Lennan para demonstrar que nas sociedades primitivas havia uma espécie de “direito materno”, em que no estágio de “sevalgeria” as sociedades se organizavam naquilo que chamou de “matrimônio por grupos”, as relações sexuais eram livres, tanto para os homens quanto para as mulheres, e a contagem da descendência era realizada pela linhagem feminina, assegurando às matriarcas uma posição social mais elevada diante da dos homens.

Sem entrar no mérito da antiga discussão sobre a existência ou não das sociedades matriarcais, importa-se da discussão gerada por Engels a explicação de que o advento da propriedade privada, entre estágios médio e superior da “barbárie”, e a construção das relações monogâmicas, foram abolindo o “direito materno” que aos poucos passa a ser substituído pelo “direito hereditário paterno”, momento que passa a ser considerado “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 1963, p. 48), e condição para a subordinação das mulheres.

Para Engels, a base de transformação da mulher em “esposa subordinada” está no desenvolvimento dos recursos produtivos e na propriedade privada, iniciada com a domesticação de animais de grande porte e com a agricultura, a partir do desenvolvimento tecnológico. Ou seja, as relações políticas e econômicas na sociedade foram modificadas, modificando também as relações entre homens e mulheres na família, conforme afirma: “Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família [...]” (ENGELS, 1963, p.47).

Outro elemento importante na teoria de Engels é a importância dada à construção da família monogâmica nesse contexto, e os sinais do nascimento da civilização, baseando-se na predominância do homem, com a finalidade expressa de procriação dos filhos com paternidade certa, visando à posse herdada dos bens, a monogamia fora, então: “[...] a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente” (ENGELS, 1963, p. 54).

Mais tarde, com o desenvolvimento do Capitalismo Industrial, a produção sai do nível do consumo, e passa a ser quase exclusivamente social, destinada ao comércio, e o trabalho

feminino é voltado para a família, enquanto o homem trabalha para a sociedade. Esse conjunto torna o homem o proprietário, dirigente da família.

Araújo (2000) avalia que mesmo considerando os limites antropológicos da obra de Engels, em especial à suposição de um padrão universal de família e a simplificação no modo de conceber a origem da divisão sexual do trabalho, *A origem da família, da propriedade e do Estado*, permanece uma obra de referência para o pensar da relação entre as condições materiais, a origem da propriedade privada e das instituições e a opressão das mulheres. Para a autora, a principal contribuição da obra fora a desnaturalização da condição e do lugar social da mulher.

Sacks (1979) separa dois grupos de idéias diante da teoria de Engels, um que trata das bases materiais do status feminino, em que a posse de propriedades privadas pelo homem estabelece o domínio sobre as mulheres, e o outro que trata do aspecto evolutivo, em que com a sociedade de classes o status feminino torna-se exclusivamente subordinado e doméstico. E concorda com a teoria que a propriedade privada e a produção de troca conduziram à domesticidade e à subordinação das mulheres.

Contudo, a autora faz uma crítica à teoria de Engels, mostrando que mesmo em sociedades sem classes, desprovidas de propriedades, as mulheres não são completamente iguais aos homens. Não é a posse da propriedade pelo homem a base para sua supremacia nas sociedades de classes, visto que, nem todos os homens são proprietários, e em muitas sociedades, tanto homens quanto mulheres, possuem propriedades produtivas, mesmo em sociedades de forte domínio masculino.

Uma outra crítica à teoria marxista, resgatada por Araújo (2000), é a subestimação do doméstico em sua análise sobre o processo de produção capitalista, visto que o centro de sua reflexão é o “trabalho produtivo”. No entanto, salienta a autora, uma leitura mais atenta da teoria permitiria perceber uma relação constante entre as esferas produtiva e reprodutiva, fornecendo as bases para a crítica do valor do trabalho não-pago, incluindo o doméstico, no ciclo de produção/reprodução, cruzando os caminhos entre a exploração de classe e a opressão de gênero.

Para Sacks (1979) é a dicotomia entre as esferas “doméstica” e “social”, que permite criar as bases para negar a autonomia das mulheres, tutelando-as aos homens: “Uma vez feita esta dicotomia – mulheres em trabalhos domésticos para o consumo familiar e homens em produção social para troca – haverá uma base organizacional para uma política sexual dividida e regrada” (SACKS, 1979, p.201).

É, portanto, a divisão sexual do trabalho a base material sob a qual se expressa uma desigualdade de gênero, ou, conforme Sacks (1979), por meio de seus trabalhos, os homens são considerados “adultos sociais” e as mulheres “tuteladas domésticas”.

Pensamento que se aproxima das afirmações de Engels (1963), ao enfatizar que a monogamia surge como forma de escravidão de um sexo pelo outro e representou a “primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”, e que “a primeira divisão do trabalho é que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (ENGELS, 1963, p.55). Não obstante às críticas já mencionadas, era exatamente da divisão sexual do trabalho que estavam tratando.

Sacks (1979) defende o fim da dicotomia entre as esferas “social” ou “pública” e “doméstica” ou “privada”, alicerce para a construção de relações sociais justas entre os gêneros, em que o trabalho dos homens e das mulheres deveria estar sob a mesma base: “os valores de produção social de consumo”, e a família e a sociedade deveriam estar na mesma esfera econômica da vida. O reconhecimento e valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres são, pois fatores importantes neste processo, em que: “[...] o que é agora um trabalho familiar individual, deve transformar-se em trabalho público para que as mulheres se tornem adultos sociais plenos” (SACKS, 1979, p. 204).

Mesmo ciente de que o reconhecimento e valorização das atividades desempenhadas pelas mulheres não finda a busca por relações de gênero mais justas, compreende-se ser esta uma estratégia muito importante no processo de construção de mudanças reais na divisão sexual do trabalho. É fundamentado nesta perspectiva que o desenvolvimento do presente estudo se apóia, no sentido de visibilizar a contribuição das mulheres, tanto no aspecto produtivo como reprodutivo e contribuindo para a desnaturalização a divisão sexual do trabalho.

2.1.3 - Para além de debate dicotômico “natureza x cultura”: uma crítica ao ecofeminismo

Enquanto escola de pensamento que busca relacionar a dominação das mulheres e a dominação da natureza, o ecofeminismo surge no final dos anos 1970, sendo o termo utilizado pela primeira vez por D’Eaubonne (1980).

O ecofeminismo compreende que o pensamento patriarcal construiu uma oposição entre a *natureza* e a *cultura*, que coloca esta como não apenas distinta, mas superior àquela,

como associada aos homens, sendo as mulheres identificadas com a natureza, e, portanto, inferiores aos homens.

Esse pensamento é associado a estudos como os de Ortner (1979), que considera que “as mulheres estão mais próximas da natureza”, e isso é justificado a partir de sua biologia, tendo em vista a ligação entre o corpo das mulheres e suas funções reprodutivas. O seu corpo, coloca às mulheres determinadas atribuições e papéis sociais, em geral considerados inferiores aos dos homens, ou seja os produtos da criação dos homens são “relativamente duradouros”, “eternos” e transcendententes”, em contraposição à criação “perecível” de seres humanos das mulheres, esse conjunto lhe garante a constituição de uma estrutura psíquica diferente, mais próxima à natureza.

Nesse mesma linha, o ecofeminismo reproduz uma relação de simbolismo feminino de transcendência que perpetua a mulher como mais próxima à natureza, polarizando, aquilo que Ortner (1979) chamou de “ambiguidade”, em que culturalmente ora a mulher é associada a símbolos destrutivos, como bruxarias, contaminação menstrual e mau olhado, ora como símbolos de transcendência, como divindade materna, caridade, salvação. A polarização dessa ambiguidade, mencionada por Ortner (1979), coloca a mulher em posições de exaltação e aviltção, mas sempre distantes de categorização das possibilidades normais humanas.

Segundo essa visão, o fato de as mulheres serem simbolicamente associadas à natureza reflete sua caracterização de ordem biológica e natural, como a fertilidade, maternidade e menstruação, sendo características consideradas ameaçadoras à ordem social, sendo necessário seu controle, sua subordinação à cultura, o que justifica a dominação das mulheres pelo pensamento patriarcal.

Ortner (1979) e outros/as estudiosos/as dessa linha de pensamento, ao se apoiarem na biologia como raiz para explicar o vínculo entre mulheres e natureza, são duramente criticados/as pela antropologia social, em especial pelo de fato de aderirem a uma forma de essencialismo, enquanto “noção de uma essência feminina imutável e irreduzível” (GARCIA, 1992, p. 164), e pelo tratamento universal atribuído a essa dicotomia, pois: “[...] a dicotomia cultura/natureza não é universal, e que nem há uma uniformidade de significados atribuídos à natureza, à cultura, ao masculino e ao feminino” (GARCIA, 1992, p. 164).

No caminho das críticas elaboradas e em sentido oposto à explicação biológica, compreende-se que os conceitos de gênero, cultura e natureza refletem uma construção histórica e social, variando conforme os diferentes espaços, tempos e culturas. Isso quer dizer

que as explicações não se findam sob o ponto de vista ideológico, mas devem considerar as bases materiais e concretas que a constroem as distintas realidades nos diferentes contextos.

Concordando com Garcia (1992), o ecofeminismo, ao relacionar a opressão das mulheres e da natureza, explica essa conexão sob uma base puramente ideológica, negligenciando as expressões materiais dessa opressão, refletindo muito pouco sobre as estruturas políticas, sociais e econômicas dentro das quais essas estruturas de dominação são construídas e transformadas:

No entanto, precisamos ir mais adiante e examinar criticamente as bases materiais que são subjacentes a essas construções, ou seja, analisar o trabalho que a mulher e o homem produzem, a divisão sexual da propriedade e do poder, e a realidade material das mulheres das diferentes raças, classes e castas (no caso da Índia), pressupondo que essas diferentes inserções sociais, devem afetar de forma diferenciada a vida dessas mulheres, possibilitando diversas respostas à degradação do meio ambiente (GARCIA, 1992, p. 165).

De forma mais refletida, Vandana Shiva, uma das mais importantes representantes do ecofeminismo na atualidade, fez avançar o debate, colocando em pauta, além dos elementos ideológicos, as bases materiais que refletem a dupla violência, contra as mulheres e contra a natureza, dentro do contexto indiano.

Não obstante a todas as críticas, em relação à sua base teórica essencialista, na defesa do que chamou de “princípio feminino”², não se pode furtar em reconhecer a importante contribuição de Shiva, ao proporcionar uma reflexão mais política nesse debate, indo além do traçado pela maioria das ecofeministas ocidentais, pautando a crítica ao modelo de desenvolvimento, e as discussões sobre a produção para a sustentabilidade, a biopirataria, o atropelamento das culturas e saberes tradicionais, o debate sobre as sementes, dentre outros.

Mies e Shiva (1993) partem de uma compreensão básica do ecofeminismo a qual denominam “perspectiva de subsistência”, em que a produção para subsistência e as necessidades fundamentais da vida são a base material de sua posição ecofeminista, e consideram que as mulheres, em especial as dos países do Sul, estão mais próximas dessa perspectiva que os homens.

Assim, as autoras fazem uma dura crítica ao capitalismo e a seus projetos de desenvolvimento, baseando-se no argumento de que estes quebram os laços entre as pessoas e a terra, considerada como “mãe” sagrada, como o ventre da reprodução da vida biológica, cultural e espiritual.

² Mies e Shiva (1993) valorizam o que chamam de dimensão espiritual da vida, em que essa espiritualidade é definida como uma deusa, considerada como o “princípio feminino”, cuja importância é redescoberta do aspecto sagrado da vida.

No entanto, algumas críticas podem ser observadas em relação à sua obra. Garcia (1992) enumera pelo menos três grandes questões. Primeiro o fato de Shiva generalizar a experiência das mulheres rurais da Índia ao conjunto das mulheres do Terceiro Mundo, colocando-as num mesmo nível de relação com a natureza, um tipo de essencialismo, desconsiderando um conjunto de especificidades, considerando diferenças de classe, castas, etnia e grupos, por exemplo.

Segundo, o fato de a autora desconsiderar as diversidades inerentes ao próprio contexto indiano, sem atentar ao fato de que o “princípio feminino”, ou “prakriti” (força criadora), não refere-se a todas as crenças religiosas indianas, mas ao hinduísmo somente. Garcia (1992) enfatiza aqui o fato de Shiva não indicar os processos e instituições mudariam as construções ideológicas, ou em que momento o conceito de “princípio feminino” afetaria as relações gênero, ou entre as pessoas e a natureza.

E por último, a atribuição ao colonialismo do Terceiro Mundo, e à imposição de um modelo de desenvolvimento e da ciência ocidental, as causas e formas de destruição da natureza e opressão das mulheres, desconsiderando as bases pré-existentes a esses processos, e suas desigualdades econômicas, sociais e de gênero.

Nesta mesma perspectiva, Siliprandi (2000) reforça a crítica à Shiva, em especial ao essencialismo presente em suas explicações do ponto de vista teórico sobre o porquê da separação entre homens, mulheres e natureza no pensamento contemporâneo, somado ao fato de a mesma desconsiderar as situações de opressão e discriminação entre os sexos existentes nas relações tradicionais que tanto enfatiza.

Há, contudo outros elementos dessa corrente de pensamento que precisam ser reavaliados. Embora não seja uma constante, em determinados momentos do debate ecofeminista e suas generalizações, Mies e Shiva (1993) oferecem uma leitura bipolar, no sentido de por em oposição mulheres versus homens, ao sobrevalorizar o feminino, enquanto divino, natural e perfeito, reforçando as idéias de cuidado e amor, como inerentes a uma natureza da mulher, em contraposição ao dominador e diabólico homem, sem considerar as especificidades locais, regionais, de classe, raça, grupos e outras. Por exemplo, ao resgatar depoimentos de mulheres sobre o acontecimento de Chernobyl, Mies e Shiva (1993) apresentam uma idéia um tanto quanto “sexista” (no sentido literal da palavra), pondo mulheres e homens em oposição, como se este fosse o centro do debate:

Os homens parecem ser peritos em tecnologia, as mulheres na vida; os homens fazem a guerra, as mulheres são supostas de restaurar a vida depois das

guerras. Pode esta divisão do trabalho manter-se de pé após Chernobyl? (MIES; SHIVA, 1993, p. 124. Grifo nosso).

As autoras, portanto, naturalizam os “dons” femininos, do cuidado e da atenção com a vida, como se fossem parte de uma essência das mulheres, em oposição ao caráter destruidor “inerente” ao homem, e essa é uma outra crítica elaborada sobre sua abordagem.

Tal compreensão conduz a uma posição que justifica a polarização entre os sexos, como se o mundo “misto”, como trata Collin (1993), não existisse a não ser sob a forma do “inimigo”. A autora complementa, que, na prática, mesmo as mais radicais das feministas, as que fazem a separação sexual e afetiva, vivem seu cotidiano a partir de uma cultura herdada do “misto”, e fechar-se numa “pseudo-virgindade cultural e científica” seria, para ela, cair numa velha armadilha patriarcal:

[...] permanecemos situadas também num mundo misto, a dominante masculina; ignorá-lo ou fingir ignorá-lo, numa prática de gueto, é deixá-lo assumir uma importância unilateral que não é proveitosa para a libertação das mulheres. O enfrentamento crítico é mais frutífero que a política da avestruz (COLLIN, 1993, p.07. Grifo nosso).

Nessa perspectiva, a leitura e o enfrentamento da questão de gênero devem ser pautados a partir das relações cotidianas estabelecidas entre mulheres e homens, na coletividade, no mundo “misto” construído, de forma que, a geração de novos valores e relações mais justas de gênero seja dada a partir desse espaço e com envolvimento de todas e todos.

Ao mesmo tempo e em sentido diverso, Mies e Shiva (1993) reconhecem em suas análises o processo material, concreto e histórico que gerou a divisão sexual do trabalho, no sentido da desvalorização do trabalho feminino e responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico, como uma construção dada pelas exigências do capitalismo, e não como algo natural, visto que: “A conversão em donas de casa não é resultado de qualquer sadismo masculino inato, mas é necessário para uma economia que tem como objetivo o crescimento ilimitado” (MIES; SHIVA, 1993, p.161).

E complementam tratando do “ideal de mulher”, sentimental, romântica e bondosa, construído durante o século XVIII, apoiada grandemente pelos filósofos iluministas e seus extensivos discursos sobre a natureza da mulher, personificando o carinho humano, a maternidade e a proximidade à natureza, transformando a feminilidade no “princípio feminino”.

As autoras deixam evidente que a teoria e as posições adotadas dentro da corrente ecofeminista fazem parte de uma determinada lógica de pensamento marcadamente diversa de outras correntes feministas, e evidenciam suas críticas a determinados campos do feminismo.

Para Mies e Shiva (1993) as chamadas políticas de “igualização” entre homens e mulheres e de discriminação positiva contribuem apenas para consagrar um “modelo” masculino e partilhar dos que chamam de “privilégios dos vencedores”. Para as autoras, a saída está na construção de uma outra lógica de relação com o mundo, em questionar o modelo de mundo designado pelo patriarcado capitalista, reconstruindo os ciclos ecológicos naturais, ligando a produção à reprodução, criando possibilidades de “olhar o mundo como um sujeito ativo, não meramente para ser manipulado e apropriado” (MIES; SHIVA, 1993, p.51).

As mesmas associam a crítica que os Partidos Verdes começaram a sofrer no seio da esquerda alemã, acusados de pró-facistas, ao tentar focar a atenção pública para temas como a terra, a natureza, as mães e crianças, à crítica que o ecofeminismo recebe no seio do movimento feminista:

No mundo anglófono, particularmente nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, as ecofeministas são acusadas, não de tendências facistas, mas de essencialismo. Esta crítica provém principalmente da esquerda que considera que não só o mundo social mas também a natureza é socialmente construída, seguindo a escola de pensamento construtivista (MIES; SHIVA, 1993, p.208).

Mies e Shiva (1993) põem de forma evidente o cerne do debate e das divergências teóricas entre a visão ecofeminista e a visão histórico-materialista, e consideram que essa controvérsia entre visões teóricas deve ser superada, no sentido de valorizar o que é da natureza, considerada “nossa mãe”. Para as autoras, a ação de reconexão entre mente e corpo, reconexão das pessoas com a natureza representa uma alternativa à atual política fragmentada, raiz do colapso ecológico.

Assim, para Shiva (2001), a proposta ecofeminista não deve ser taxada de essencialista, pois ao propor essa transformação radical na cultura e na natureza, as mulheres atuam de forma a recuperar sua atividade e criatividade: “Não existe nada de essencialista nessa política porque ela está, na verdade, baseada na negação da definição patriarcal de passividade como a essência da mulher e da natureza” (SHIVA, 2001, p.90).

A defesa árdua que faz acerca do ecofeminismo e das saídas apontadas por essa corrente, apenas engrandecem a importância dos estudos de Shiva, ciente de seus princípios e de suas defesas na teoria e em sua prática militante. Contudo, respeitadas as especificidades entre os olhares, e os referências da tradição hindu na qual a autora se sustenta, considera-se

anacrônico fazer essa reflexão sob a ótica apresentada pelo ecofeminismo, em especial sob os aspectos e críticas já mencionados. Certamente, fazer tal defesa representa um retrocesso na história do feminismo e dos estudos de gênero, ao reafirmar o pensamento sob uma ótica que naturaliza a condição da mulher, perpetuando sua situação de subordinação e opressão, a partir de uma explicação marcadamente biologistica, visão, pra nós, já superada.

Questiona-se, pois, deliberadamente sua posição, ao considerar, de forma diferente do que preconiza o ecofeminismo, que a feminilidade não é e nunca foi “uma relação humana com o nosso corpo orgânico” (MIES; SHIVA, 1993, p.209), mas parte de processos sociais, históricos e culturais, que a modelam e remodelam em diferentes espaços e tempos.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que o que Shiva e o ecofeminismo nos trazem são um conjunto de contribuições importantes para o debate de gênero, ao pautar elementos novos, contribuindo para o questionamento do “status quo”, a crítica à ciência contemporânea e ao modelo produtivista de desenvolvimento, trazendo uma visão sobre a defesa da biodiversidade, a questão das sementes, dentre outras contribuições que serão inclusive resgatadas no curso deste trabalho.

2.2 - A SUSTENTABILIDADE NUMA OUTRA BIODIVERSIDADE

A preocupação com a diversidade biológica ou com a biodiversidade é algo bem recente em nossa sociedade, e está diretamente relacionada ao debate travado pelo movimento ambientalista em torno da superação da crise sócio-ambiental no planeta. Intensificado nas décadas de 60 e 70, esse debate veio por em cheque o “modelo de desenvolvimento”, incitando as discussões a respeito das estratégias de desenvolvimento sustentável³.

Não obstante às diversas correntes de pensamento desenvolvidas em relação às estratégias de desenvolvimento, crescimento econômico e sustentabilidade, parte-se de uma posição pautada em alguns elementos daquilo que alguns chamaram de “ecossocioeconomia” e sua proposta de conciliação entre crescimento econômico, social e proteção ambiental.

Tendo como um de seus principais pensadores o economista Ignacy Sachs, a ecossocioeconomia se propõe a fugir dos reducionismos econômicos e ecológicos,

³ Em 1972 foi realizada primeira grande discussão internacional sobre a temática do desenvolvimento sustentável: a Conferência de Estocolmo. A partir de então, muitos outros documentos foram sendo elaborados com diferentes contribuições sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, como a Declaração de Cocoyok (1974), o Relatório Dg-Hammar skjöd (1975) e o relatório de Brundtland (1987).

compreendendo que não é o crescimento em si o que deve ser questionado, mas o seu caráter selvagem.

Segundo Sachs (2007), uma proposta de desenvolvimento sustentável, ou “ecodesenvolvimento”, é entendida como aquela que atenda às dimensões social (equidade), econômica, ecológica (capacidade de carga, consumo, resíduos, pesquisa e normas de proteção ambiental), espacial (rural e urbana) e cultural (pluralismo).

Nessa perspectiva, na contramão do paradigma econômico hegemônico que trabalha a noção de desenvolvimento associado à noção de “progresso” e crescimento econômico, em que o parâmetro definidor se ancora no padrão de vida e de consumo das sociedades ocidentais industrializadas, a idéia de desenvolvimento sustentável é pensada aqui sob uma outra lógica, a partir da crítica à visão produtivista e economicista, e ancorada nas dimensões da sustentabilidade.

Partindo dessa visão, que pretensiosamente se busca holística, a biodiversidade é tida aqui em seu sentido amplo, para além daquilo que se denomina “riqueza” ou “abundância relativa” de espécies, mas articulada a outras riquezas, ancoradas nas diversidades de modos, formas, jeitos e sentidos de vida.

Etimologicamente a palavra biodiversidade vem do grego *bios*, que quer dizer vida. Diversidade, refere-se a diferentes formas ou tipos. Assim, o termo biodiversidade refere-se à diversidade de formas de vida. Em 1986, pela primeira vez se usou o termo biodiversidade⁴; E. O. Wilson, um entomologista, o fez num relatório durante o primeiro Fórum Americano sobre diversidade biológica, organizado pela “National Research Council”- NRC⁵. Daí então o conceito passou a ser usado sob várias abordagens com enfoques distintos.

Conforme Primack (2001), o termo “diversidade biológica” possui muitos significados, e em seu sentido mais simples, tem sido definido tecnicamente a partir da “riqueza de espécies”, ou seja, a partir do número de espécies encontradas em uma comunidade. Para o autor, a diversidade biológica não se finda na diversidade de espécies, mas inclui a variação genética e a variação de ecossistemas e comunidades.

Essa leitura alimenta o desenvolvimento dos famosos índices matemáticos de biodiversidade para descrição das espécies em diferente escalas. Primack (2001) apresenta pelo menos três tipos de índices: a “diversidade alfa”, que descreve o número de espécies em uma única comunidade; a “diversidade beta”, que reflete, ao longo de uma variação

⁴ O termo diversidade biológica já existira, sendo criado em 1980 por Thomas Lovejoy.

⁵ Conselho Nacional de Pesquisas dos EUA.

ambiental, o grau de mudança na formação de espécies; e a “diversidade gama”, aplicada em escalas geográficas maiores.

Não obstante à sua importância técnica, essas definições meramente quantitativas da biodiversidade não contemplam sua complexidade e não abrangem as outras dimensões que a compõem, constituindo-se apenas parte de um conceito: “Essas definições quantitativas de biodiversidade são usadas basicamente na literatura técnica ecológica e contêm apenas parte da definição ampla de diversidade biológica utilizada por biólogos conservacionistas” (PRIMACK, 2001, p. 26).

Mies e Shiva (1993) nos apresentam uma contribuição muito importante nesse debate sobre a o conceito de biodiversidade e conservação (não obstante à todas as críticas já mencionadas em torno da escola de pensamento ecofeminista), ao incorporar a idéia da compreensão sistêmica, complexa e interdependente entre os elementos que compõem a biodiversidade, numa crítica às leituras reducionistas e fragmentadas da ciência moderna.

Para as referidas autoras, biodiversidade “é uma categoria relacional não reducionista – um conceito contextual não atomizado” (MIES; SHIVA, 1993, p. 222), sua conservação pressupõe, por conseguinte, a conservação de um todo relacional, não de fragmentos, envolvendo a noção de sagrado e de inviolabilidade.

As mesmas contrapõem-se ao que chamam de “mundovisão dominante”, que considera a biodiversidade apenas em termos numéricos e aritméticos, e defendem que a sustentabilidade está ancorada numa dimensão mais complexa:

Em situações do Terceiro Mundo, a sustentabilidade deve, então, ser realizada a dois níveis simultaneamente: a sustentabilidade dos recursos naturais e a sustentabilidade dos modos de vida. Por conseguinte, a conservação da biodiversidade deve estar associada à conservação dos modos de vida derivados da biodiversidade (MIES; SHIVA, 1993, p.217. Grifo nosso).

Nesse sentido, de forma ampla, o termo biodiversidade deve partir da compreensão que vai além dos elementos biológicos da vida, como o nome sugere à primeira vista, mas incluir as relações e interações estabelecidas entre os seres vivos, possibilitando uma visão mais ampla e sistêmica nas relações estabelecidas na natureza.

A convenção sobre a diversidade biológica define:

Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (BRASIL, 2000a, p. 9).

Na Convenção sobre Diversidade Biológica, a Oitava Conferência das Partes (COP8) e Terceira Reunião das Partes (MOP3) do Protocolo de Cartagena, realizada em Curitiba em 2006, o glossário de Termos apresenta o conceito de biodiversidade incluindo também “as relações entre os seres vivos e o seu meio ambiente”, bem como “os serviços ambientais responsáveis pela manutenção da vida na Terra, pela interação entre os seres vivos e pela oferta de bens e serviços que sustentam as sociedades humanas e suas economias” (CDB, 2006, p. 03).

Nesse sentido, o estudo da biodiversidade deve compreender, além do levantamento das espécies dos organismos nos diversos ecossistemas, o conjunto das relações estabelecidas entre os seres e o meio ambiente, num entrelaçado que envolve as diversidades biológicas e culturais:

O estudo da biodiversidade não deveria estar limitado a um inventário de espécies e genes, por dois motivos: primeiro, porque o conceito de biodiversidade envolve também os ecossistemas e as paisagens; segundo porque a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçados no processo histórico de co-evolução (SACHS, 2002, p. 31. Grifo nosso).

Apesar dos recentes esforços de especialistas na descrição e classificação das espécies vivas na Terra, Wilson (1997) reconhece que até hoje não se sabe ao certo o número de espécies existentes e não sequer um número aproximado de sua magnitude, podendo-se estimar, com base na fauna e na flora descritas e em discussões entre especialistas, um número entre 5 e 30 milhões de espécies de organismos vivos⁶.

Essa diversidade não se distribui uniformemente nas diferentes regiões do mundo. Conforme salienta Ricklefs (2003), levantamentos globais realizados principalmente a partir do século XIX apontam para a existência de uma diversidade maior de espécies nos trópicos, ou seja, quanto mais próximo da linha do equador, a diversidade de espécies é ampliada. Razão pela qual as florestas tropicais, por exemplo, representam apenas 7% da superfície da Terra, mas contém, sozinhas, mais de 50% do total de espécies vivas (PRIMACK, 2001).

Entre as tentativas de explicações para esse fato, há pelo menos duas visões distintas do ponto de vista dos ecólogos sobre a diversidade. A primeira defende a idéia de que a diversidade aumenta ilimitadamente ao longo do tempo; sendo os habitats tropicais os mais antigos, acarretam, numa proporcionalidade direta, em maior diversidade de espécies que os habitats temperados e árticos. A segunda perspectiva, mais aceita entre os ecólogos atualmente, considera a diversidade como um estado de equilíbrio, em que “os fatores que

⁶ Atualmente existem, apenas descritas, cerca de 1,4 milhões de espécies (Primack, 2001).

removem espécies de um sistema se contrapõem àqueles que acrescentam espécies” (RICKLEFS, 2003, p. 406).

Além disso, segundo Primack (2001), outros fatores como variações locais na topografia, clima, meio ambiente e fatores históricos são também apontados como indicadores de variações na riqueza das espécies.

Algumas circunstâncias elencadas por Wilson (1997), são apontadas como razões da imperatividade do debate sobre a diversidade biológica nas sociedades atuais, sendo: o crescimento populacional, em especial nos países tropicais, que tem acelerado o desgaste ambiental; as novas descobertas da ciência, no sentido das mais variadas utilizações da diversidade biológica; e as perdas irreversíveis da diversidade, via extinção gerada pela destruição dos habitats naturais.

Inicialmente é importante se ter que a extinção de espécies em si não é algo novo, mas faz parte do processo natural de vida na Terra. Primack (2001), enfatiza que a diversidade de espécies na Terra segue um processo natural em que aumenta, passa por períodos de especiação, seguidos por períodos de mudança mínima e de extinção em massa⁷. Contudo, o que se revela como fato novo e ao mesmo tempo alarmante são as atuais taxas relativas de extinção e especiação.

Estima-se que a partir do ano 1600, cerca de 85 espécies de mamíferos e 113 de pássaros tornaram-se extintos, e atualmente cerca de 11% das espécies de aves e 11% de mamíferos que ainda resistem estão ameaçados de extinção. Enquanto isso, a cada ano são perdidos 180.00 km² de florestas tropicais no mundo, implicando numa perda de 34 hectares a cada minuto (PRIMACK, 2001).

As maiores ameaças à diversidade biológica que resultam da atividade humana, para Primack (2001), são: a destruição, fragmentação, degradação do habitat, superexploração das espécies para uso humano, introdução de espécies exóticas e o aumento da ocorrência de doenças.

Mas esse processo não se dá uniformemente entre os seres humanos, há alguns países, regiões, grupos e pessoas que contribuem mais drasticamente para esses processos em detrimento da grande maioria da população.

O autor argumenta que o uso ineficiente e desigual dos recursos naturais são também grandes motivadores para a perda da biodiversidade, em muitos casos gerada por atividades

⁷ Primack (2001) cita a maior extinção em massa já ocorrida na história, há 250 milhões de anos, estimando-se entre 77 e 96% de extinção de espécies de animais marítimos.

comerciais em grande escala, associadas a uma economia global, como a mineração, criação de gado, pesca comercial, grandes lavouras, represas, dentre outras.

Nesse sentido, diferentes situações de uso desigual dos recursos naturais exigem também soluções diferenciadas no campo das ações para sua manutenção. Isso pressupõe que aos grupos, populações e comunidades tradicionais, a exemplo da agricultura familiar, trabalhados adiante, as saídas devem perpassar o campo do resgate e valorização de suas práticas, experiências e saberes, ao contrário de uma ação impositiva de atropelamento de suas culturas.

Tendo em vista o entrecruzamento das diversidades biológica e cultural, a proteção da vida precisa ser pensada também em suas varias dimensões e manifestações, conforme Primack: “A proteção dessas áreas culturais tradicionais dentro de seu ambiente natural dá oportunidade para se alcançar o duplo objetivo de proteger a diversidade biológica e preservar a diversidade cultural” (PRIMACK, 2001, p. 281).

Esse respeito ao ambiente natural, às formas de vida e cultura próprios dos povos e das famílias agricultoras inclui o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres e sua relação com a conservação da biodiversidade. Relação essa, construída a partir de um conjunto de relações sociais, estabelecidas a partir de lugares, espaços e tarefas atribuídos às mulheres, como reconhece Mies e Shiva (1993): “O trabalho e o conhecimento das mulheres é central para a conservação e utilização da biodiversidade, quer porque elas trabalham entre setores, quer porque desempenham tarefas múltiplas” (MIES; SHIVA, 1993, p. 217).

A sustentabilidade numa noção ampla exige, portanto reconhecimento das populações tradicionais, em especial das mulheres, enquanto protetores da biodiversidade e “guardiãs do patrimônio biológico deste planeta” (SHIVA, 2001, p. 105), necessitando terem seus direitos fortalecidos para a construção de uma sustentabilidade fundada nas várias bio-diversidades, posto que: “Na perspectiva das mulheres, a sustentabilidade sem justiça ambiental é impossível e a justiça ambiental é impossível sem justiça entre sexos e gerações” (MIES; SHIVA, 1993, p.114).

Isso pressupõe reconhecer que as desigualdades econômicas, ambientais e sociais também se traduzem em relações injustas entre os sexos, o seu enfrentamento, é pois, fundamental no debate sobre as estratégias de sustentabilidade.

2.3 - A AGRICULTURA FAMILIAR E AS MULHERES NO CAMPO

2.3.1 - Qual agricultura familiar?

A princípio, é mister localizar o conceito de agricultura familiar adotado a título deste trabalho, não sendo uma categoria nova, com diria Wanderley (1996), mas cuja abrangência e significado que os estudos têm lhe atribuído recentemente apresentam ares de novidade. É uma discussão, pois que remonta ao resgate da teoria do campesinato.

Não se pretende, pois elaborar nenhuma análise evolucionista do processo de construção dos conceitos, visto que não é entendido sob essa perspectiva, mas concordando com Moraes (1998), perceber que tais análises se constituem ferramentas importantes para se perceber a importância do trabalho e das relações estabelecidas nas famílias rurais em nosso país.

No Brasil, o estudo sobre campesinato ganha importância a partir da década de 1950, conforme resgata Moraes (1998) num contexto em que, atrelado ao debate sobre desenvolvimento do país, o meio rural emerge enquanto questão política, e a idéia de campesinato é pautada enquanto conceito que marca a construção de uma identidade que vai unificar uma diversidade de relações de trabalho e de acesso à terra, identidade essa fundada na oposição ao latifúndio:

Assim, tanto na dimensão político-social, quanto na dimensão político-ideológica o conceito síntese que traduzia a identidade que informava tanto as análises quanto as lutas políticas (vide Ligas camponesas), era o de camponês em oposição ao de latifúndio (MORAES, 1998, p. 123).

A partir da década de 1960, resgata a autora, o campesinato é analisado no Brasil sob três perspectivas: A primeira, com enfoque marxista, se preocupa mais com aspectos do desenvolvimento do capitalismo no campo; a segunda inspirada nas teorias funcionalistas de Redfield e sua noção de *Part society*, propondo uma análise do camponês como integrado a um sistema social mais amplo; e a terceira tendo Chayanov e sua teoria dos sistemas econômicos não capitalistas como base⁸.

Diante de um contexto de modernização conservadora adotada enquanto estratégia desenvolvimentista no país, durante a década de 1970 rapidamente foi ganhando espaço a

⁸ Uma abordagem mais detalhada pode ser encontrada em Woortmann (1995).

expressão “pequena produção”, em contraposição ao grande negócio estimulado pelo capital nacional. Moraes (1998) salienta que no contexto de desarticulação de vários movimentos de base camponesa, os camponeses ganham expressão enquanto “produtores da baixa renda” ou “pequena produção”, reforçado nos próprios mecanismos institucionais estatais de classificação dos produtores rurais em pequenos, médios e grandes, despolitizando o tema.

Opostamente eram desenvolvidos, de um lado estudos de caso que focavam na análise de uma lógica camponesa não capitalista, a partir da pequena produção, e do outro, os que integravam à lógica do mercado, pautando não mais o questionamento sobre a existência ou não do campesinato no Brasil, mas sua funcionalidade, enquanto pequena produção em relação ao capital, a sua subordinação em relação ao capital, ou até mesmo a questão da inclusão/exclusão da pequena produção aos complexos agro-industriais, como resgata Moraes (1998).

A autora complementa, que com o processo de redemocratização do país, no curso dos anos 1980, observa-se uma fragmentação “perda relativa de autonomia” os conceitos de campesinato e pequena produção, tendendo a se inserir a um conjunto de outras temáticas, como os barrageiros, sem terra, assentados, etc. Só se aponta uma nova perspectiva a partir do final da década de 1980, quando o termo “agricultura familiar” aparece como uma “nova síntese teórica” capaz de recolocar o campesinato como objeto autônomo de reflexão e análise.

É diante dessa perspectiva que o termo agricultura familiar é adotado aqui, enquanto terminologia possível de “retomar o caráter sintético de que o conceito de camponês fora portador” (MORAES, 1998, p. 128). É uma terminologia tida como possível de contribuir com a reconstrução de uma identidade política marcada pela diversidade, a partir da agricultura familiar.

A não homogeneidade é uma de suas características centrais, já elencadas por Lamarche (1993, p.14), em que "a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade". Possui dinâmicas complexas e distintas que precisam ser explicitadas. Essa diversidade inerente à agricultura familiar pode ser associada a vários elementos que permeiam um processo de formação histórico, o que inclui a constituição de grupos diversos ligados a heranças e matrizes culturais variadas, passando pelas várias necessidades e experiências acumuladas, pela disponibilidade e acesso diferenciados aos recursos naturais e produtivos, às variadas caracterizações naturais das

paisagens, climas, solos, e diversos contextos econômico-produtivos, até o acesso diferenciado às políticas públicas como crédito, reforma agrária e assistência técnica.

Wanderley (1996) enfatiza que a agricultura familiar, enquanto categoria genérica, ao associar propriedade, trabalho e família, incorpora diversas situações específicas e particulares, sendo a agricultura camponesa tradicional considerada como uma das diversas formas sociais da agricultura familiar, resguardadas suas particularidades.

Assim, o conceito de agricultura familiar aqui adotado agrega além dos elementos que compõem a lógica da produção e do consumo, situada no grupo doméstico, os valores construídos em seu seio. Tendo como base os estudos de Woortmann (1995), compreende-se que para além da organização para produção econômica a agricultura familiar, ou a família camponesa, como a autora trata, é caracterizada por uma organização para produção social, estando imbuída de valores e sentidos culturalmente construídos.

O estudo das relações estabelecidas entre homens e mulheres e o papel social atribuído às mulheres no meio rural, deve pois ser tomado a partir desse contexto, considerando os elementos simbólicos, culturais e subjetivos que são construídos no seio da agricultura familiar.

Uma crítica às análises puramente economicistas pode ser observada em Woortmann (1995) ao se confrontar com a teoria de Tepicht. Este, ao tratar do estudo da viabilidade econômica de algumas atividades desenvolvidas no campesinato, faz uma distinção entre “forças plenas”, representados pelos homens em “idade produtiva”, e “forças marginais”, representadas pelo trabalho a meio tempo de mulheres, crianças e idosos consideradas “não-transferíveis”.

Para a autora, o considerado “tempo parcial” de trabalho das mulheres no campo deve ser analisado sob a lógica da divisão sexual do trabalho engendrada ideologicamente, que lhes atribui as responsabilidades domésticas consideradas não-trabalho, segundo a mesma, “parece tratar-se aqui da mesma oposição ideológica entre roçado e a casa, entre trabalho e ajuda, nas representações do campesinato brasileiro” (WOORTMANN, 1995. p. 35).

E defende que, se não são consideradas produtivas, as atividades reprodutivas são centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho, e se são consideradas “não-transferíveis” isso é devido à uma construção ideológica atribuída socialmente às mulheres, e não um dado “objetivo”:

O que está em questão é a realidade do subjetivo, pois essa divisão de trabalho entre forças plenas e marginais é, no que se refere à mulher, derivado do “sentimento subjetivo presumido do camponês”. Trata-se do papel social atribuído

à mulher em grupos camponeses, papel esse fundamentalmente ligado às concepções de troca matrimonial (WOORTMANN, 1995. p. 36).

Para Wanderley (1996), a “policultura-pecuária” que é o sistema de produção tradicional camponês, é fruto de um aperfeiçoamento construído ao longo do tempo a partir da combinação de diferentes técnicas, culminando num ponto de equilíbrio entre a diversidade de culturas e a criação animal. Esse processo tem centralidade nas relações estabelecidas no interior da família, e sua organização para o trabalho na propriedade, visando além da garantia da sobrevivência imediata, a reprodução das gerações futuras, construindo um saber tradicional:

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 4).

A agricultura familiar, segundo Wanderley (1996), guarda muitos traços da agricultura tradicional camponesa, sendo a luta pelo enfrentamento de velhos problemas uma constante, que reforça mais uma de suas características: a resistência.

Não obstante à construção histórica de uma representação social negativa de tudo que se relaciona ao campo, ao meio rural, que, erroneamente, esteve sempre associado à pobreza, ao atraso, oposto à civilização, à cultura e à modernização encontrados no espaço urbano, a agricultura familiar é responsável por inúmeras contribuições nos aspectos sociais, econômicos, ambientais, dentre outros.

Nessa perspectiva uma análise marcadamente econômica, ou sob a lógica do mercado, é incapaz de fazer a leitura das múltiplas expressões, serviços e valores que a agricultura familiar agrega.

Longe de situar a agricultura familiar no campo da produção primária, esta é compreendida naquilo que Soares (2001) chama de multifuncionalidade. Para o autor há pelo menos quatro funções-chave da agricultura que precisam ser reconhecidas, sendo: a contribuição à segurança alimentar, a função ambiental, a econômica e a social.

A agricultura familiar brasileira tem sido responsável por grande parte da produção de alimentos que abastece o país, com destaque para a produção de mandioca, com 84% do Valor Bruto da Produção – VPB; de feijão, com 67% do VBP; de milho, com 49% do VBP; de cebola, com 72% do VBP; de fumo com 97% do VBP; e de trigo, com 46% do VBP; além

da pecuária de corte, com 54% do VBP; da pecuária leiteira, com 58% do VBP; e de 40% do Valor Bruto da Produção de aves e ovos (BRASIL, 2000b).

Somando-se a contribuição da Agricultura Familiar à segurança alimentar e nutricional, apresenta-se um conjunto de aspectos de cunho sócio-econômico-produtivo. Conforme o Censo de Agropecuário (IBGE, 2006) existem no Brasil 5.204.130 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 354,8 milhões de hectares, gerando mais de 16,4 milhões de ocupações no campo. Conforme dados do INCRA/FAO (BRASIL, 2000b), em 1996 eram 4.859.732 estabelecimentos rurais, sendo a grande maioria, 85,2% (4.139.369) destes, da agricultura familiar, ocupando apenas 30% das áreas agrícolas (pouco mais de 107 milhões de hectares), enquanto 11% de estabelecimentos patronais existentes no Brasil em 1996, dispunham de mais de 67% das áreas (mais de 240 milhões de hectares). Ainda que ocupando parcela significativamente menor de áreas, reflexo de um modelo agrário concentrador de terras, a agricultura familiar era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, apesar de ter disponível apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

Em 2003, o PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar cresceu 9,37% em relação ao ano anterior, um crescimento superior ao da agricultura patronal (5,13%) e ao do PIB nacional (0,5%). O PIB total da produção agropecuária equivale a 9,3% da economia do país, sendo 3,6% destes oriundos da produção familiar, representando uma ordem de R\$ 55,6 bilhões, valor superior ao PIB de setores como extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, que correspondem a 3,34% do PIB brasileiro (BRASIL, 2004).

Essa importante participação da agricultura familiar no PIB nacional, bem como os indicadores da participação no Valor Bruto da Produção total, ratificam que esse segmento não se encontra voltado unicamente para si, na produção exclusiva de produtos básicos voltados para a subsistência, mas revelam sua importância econômica para o país, mesmo ocupando menor proporção de terras e tendo um percentual de financiamentos quase três vezes inferior em relação à agricultura patronal.

2.3.2 - O contexto das mulheres no campo

É mister afirmar que o trabalho desenvolvido pelas mulheres sempre foi socialmente secundarizado e considerado como ajuda, e que isso se relaciona com os valores construídos pela ideologia dominante, que naturaliza a divisão sexual do trabalho e as atividades

consideradas produtivas (masculinas) e as improdutivas (femininas), valorizando diferentemente atividades desenvolvidas por homens e por mulheres, ainda que sejam as mesmas atividades e realizadas nos mesmos espaços.

Segundo dados do DIEESE/NEAD (BRASIL, 2008), as mulheres que moram no campo representam 47,8% da população rural, e significativa parcela do seu trabalho não é remunerado, pois representam 80,7% das ocupações sem rendimento na atividade agrícola. Quando ocupam situações remuneradas, em geral, seu rendimento médio mensal é extremamente inferior ao dos homens; a referida pesquisa revela que as mulheres rurais no Brasil recebem apenas o equivalente a 46,3% do rendimento médio mensal dos homens.

A mesma pesquisa aponta uma única atividade em que as mulheres apresentam maior rendimento que os homens no meio rural: a pecuária, onde as mulheres apresentam um rendimento médio mensal 39% superior ao dos homens. Em contraposição, nos demais nove setores classificados pela pesquisa, o rendimento dos homens supera o das mulheres de forma alarmante; apenas no setor de produção mista, que inclui lavoura e pecuária, a diferença entre os rendimentos chega a ser de quase 69% em favor dos homens. Fazendo um comparativo, as atividades mais rentáveis para as mulheres são: os serviços (atividades e serviços relacionados com a agricultura e a pecuária), a lavoura permanente e a horticultura/floricultura⁹, enquanto que as mais rentáveis para os homens são: produção mista (lavoura e pecuária), criação de aves, pecuária e apicultura/sericultura¹⁰.

As atividades menos rentáveis para as mulheres são: apicultura/sericultura, silvicultura/exploração florestal, pesca e aquicultura e criação de aves¹¹. Para os homens, as atividades da agropecuária com menor rentabilidade média mensal são: a pesca/aquicultura, serviços (atividades e serviços relacionados com a agricultura e a pecuária), silvicultura/exploração florestal, e horticultura/floricultura¹². A diferença entre a atividade menos rentável das mulheres e a dos homens chega a ser de mais de 70%.

Além da situação da renda, que reflete a não valorização do trabalho, as mulheres no meio rural não são consideradas socialmente e nem pelas estatísticas oficiais como chefes de família, em nome de uma identidade social construída de valorização e em favor dos homens. Conforme DIEESE/NEAD (BRASIL, 2008) apenas 14,2% das mulheres ocupadas na

⁹ Nessas atividades, a renda média mensal das mulheres é respectivamente: R\$ 869,00, R\$ 369,00, R\$ 320,00, e R\$ 290,00.

¹⁰ Para os homens as atividades mais rentáveis apresentam rendimentos médio mensal, respectivamente de R\$ 883,00, R\$ 770,00, R\$ 625,00 e R\$ 603,00.

¹¹ O rendimento médio mensal nessas atividades é respectivamente: R\$ 88,00, R\$ 127,00, R\$ 153,00 e R\$ 210,00.

¹² O rendimento médio mensal nessas atividades é respectivamente: R\$ 297,00, R\$ 485,00, R\$ 518,00 e R\$ 526,00.

agropecuária são tidas como chefes de família; 66,4% são tidas como cônjuges; 15,1% são filhas e 4,3% outras.

No Brasil, 85,4% dos homens são considerados responsáveis pelo domicílio, contra 14,6% de mulheres (BRASIL, 2008). Essa situação reflete e é reflexo de uma histórica construção ideológica e social que atribui aos homens a condição de chefe de família, mesmo quando, em muitos casos as mulheres sejam responsáveis pela manutenção do lar.

É o que revela a mesma pesquisa, ao demonstrar que, em 2006, 46,6% das mulheres ocupadas na agropecuária produzem para auto-consumo familiar, contra apenas 12% de homens desenvolvendo essa atividade. Esse dado informa uma quantidade significativamente maior de mulheres envolvidas nas atividades de subsistência, ou seja, grande parte delas assume um papel central, sendo responsáveis pela garantia da segurança alimentar da família, ou seja pela reprodução familiar e, mesmo assim, os considerados chefes continuam a ser os homens, a não ser nos casos onde as mulheres vivem sem os companheiros, salvo raras exceções.

As mulheres também são os maiores alvos dos problemas relacionados à saúde. No meio rural um maior número de mulheres sofre proporcionalmente mais que os homens em relação a problemas como déficit e excesso de peso e obesidade. Entre 2002 e 2003, revela a pesquisa DIEESE/NEAD (BRASIL, 2008), na área rural brasileira, a proporção de mulheres com déficit de peso era de 6,1% contra 3,5% dos homens; somados aos 40,8% de mulheres com sobrepeso, contra 28,5% de homens, e 12,7% de mulheres com obesidade, contra 5,2% de homens.

Algumas explicações passa essa disparidade tendem a associar a uma tendência natural e biológica da mulher, que seriam mais suscetíveis a esses problemas que os homens. Particularmente, prefiro me orientar por explicações consideradas mais plausíveis, e referem-se à uma construção social que associa a posição das mulheres enquanto cuidadoras do lar, direcionando os melhores alimentos às crianças, por serem indefesas, e aos homens, por serem os “chefes” e trabalharem fora, como destaca Siliprandi (2005):

[...] as mulheres rurais são as mais afetadas pela fome e desnutrição. Em uma situação de falta de alimento, a comida vai para os homens, pois se diz que eles têm que trabalhar fora e teoricamente trazem o sustento da família. (SILIPRANDI, 2005, p. 16).

Não obstante à essa dura realidade, os dados revelam que as mulheres tem se organizado nas estruturas formais. O número de mulheres rurais sócias em algum sindicato é

superior ao de homens, visto que em 2006 registra-se o equivalente a 30,6% de mulheres rurais são sócias em sindicatos, contra 24% dos homens (BRASIL, 2008).

Contudo esse número de participação nos sindicatos não se traduz necessariamente na partilha do poder e tomada de decisões nas relações entre homens e mulheres nesses espaços, pois a faixa de participação das mulheres na diretoria dos sindicatos é, em geral inferior à dos homens, havendo ausência de participação das mulheres na diretoria em 33% dos Sindicatos Rurais. Quando há participação, essa participação se dá num restrito percentual das vagas, havendo em 35,9% dos Sindicatos uma participação de até 25% de mulheres na diretoria, contra uma maior participação, entre 51 a 75% de mulheres, em apenas 3,5% dos Sindicatos Rurais, e no mínimo de 0,6% dos sindicatos as mulheres possuem entre 76 e 100% de participação apenas (BRASIL, 2008).

È diante desse contexto, que se apresenta a necessidade de se discutir uma proposta de sustentabilidade, que contemple o debate de gênero. A proposta aqui apresentada parte das práticas, experiências e saberes acumuladas pelas mulheres e suas estratégias de manejo e conservação da biodiversidade, por entender que o debate sobre sustentabilidade só está completo quando, se fato, incorporar o debate de gênero numa perspectiva mais justa. Esse processo passa, conforme Pacheco (2002), pelo empoderamento das mulheres e valorização de seu papel enquanto gestoras da biodiversidade e produtoras de bens e saberes.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa de campo deste estudo foi realizada na comunidade rural Alagoinha, situada no município de Triunfo, no estado de Pernambuco. A opção por ser exatamente este, e não qualquer outro lugar, seguiu um processo lento inerente à investigação científica, o qual será detalhado.

Inicialmente aspirava-se realizar a pesquisa numa região de semiárido, por considerar o conjunto de especificidades de seu povo e suas estratégias de convivência com o meio como elementos importantes e desejosos de mais atenção por parte da academia. Soma-se a isso a influência pessoal de uma experiência anterior de trabalho desenvolvida no semiárido piauiense junto a grupos de mulheres e suas ações nas áreas dos quintais, fato que rendeu precioso acúmulo e paixão pelas experiências desenvolvidas por aquelas mulheres.

Diante de um critério inicial para área de estudo, cabia então conhecer os espaços, levantar dados e informações e definir os demais critérios. Foi então que por intermédio da equipe técnica do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Organização Não Governamental- ONG, fundada em 1993, com atuação bem anterior junto às famílias agricultoras no estado de Pernambuco, sendo uma referência no trabalho com Sistemas Agroflorestais- SAF's, articulou-se uma primeira participação num encontro regional realizado semestralmente conhecido como Fórum das Comunidades.

O referido evento promovido pelo Centro Sabiá e pela Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde-ADESSU, reuniu cerca de 50 pessoas de seis municípios do sertão pernambucano, sendo: Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, Calumbi, Flores, Sertânia e Iguaraci. As observações registradas àquela ocasião no diário de campo em torno das informações coletadas sobre as distintas experiências de cada município permitiram concluir pela opção de Triunfo como área de estudo para a pesquisa, em especial ao obter a informação de haver no município uma feira semanal de produtos agroecológicos, à época coordenada apenas por mulheres.

Ao final do evento, foram articuladas visitas exploratórias em três comunidades de Triunfo. Findo o mês e o período de visitas, a comunidade Alagoinha estava selecionada como espaço para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Apesar da distância e dificuldades no acesso, uma pronta recepção e disponibilidade da comunidade, somadas a um depoimento profundo e verdadeiro de uma agricultora que mal me conhecera, foram os

principais elementos que conduziram a essa escolha. Afinal, para uma pesquisa do tipo que se propunha, os critérios da abertura e disponibilidade e confiança se constituíam como pressupostos básicos para uma boa pesquisa de campo.

3.1 - TRIUNFO: UM OÁSIS NO SEMIÁRIDO?

Triunfo ou Triunpho, como se redigia originalmente, era antes chamada de Serra da Baixa Verde, e seus primeiros habitantes foram os índios Cariris, cujas terras foram arrendadas a Domingos Pereira Pita no final do século XVIII. Nesse período, o Frei Vidal de Frescolero fixou residência ali, aldeando alguns índios no Sítio Baixa Verde, e mais tarde, em 1803, foi substituído por outro missionário, Frei Ângelo Maurício Niza, que construiu uma capela para Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade até hoje, recebendo os foros de fundação de Triunfo, fora elevado à categoria de cidade em 1870. O nome do município remete à vitória obtida em uma batalha travada envolvendo as cidades vizinhas em contraposição à crescente produção, comercialização e exportação de cereais da Baixa Verde (IBGE, 2008b).

O Município possui área 192 km², e uma população de 15.225 habitantes (IBGE, 2007c), está localizado na microrregião Vale do Pajeú, sertão pernambucano, a aproximadamente 500 km Recife. Limita-se ao norte com o estado da Paraíba, ao sul com o município de Calumbi, a leste com o município de Flores e a Oeste com o município de Santa Cruz da Baixa Verde.

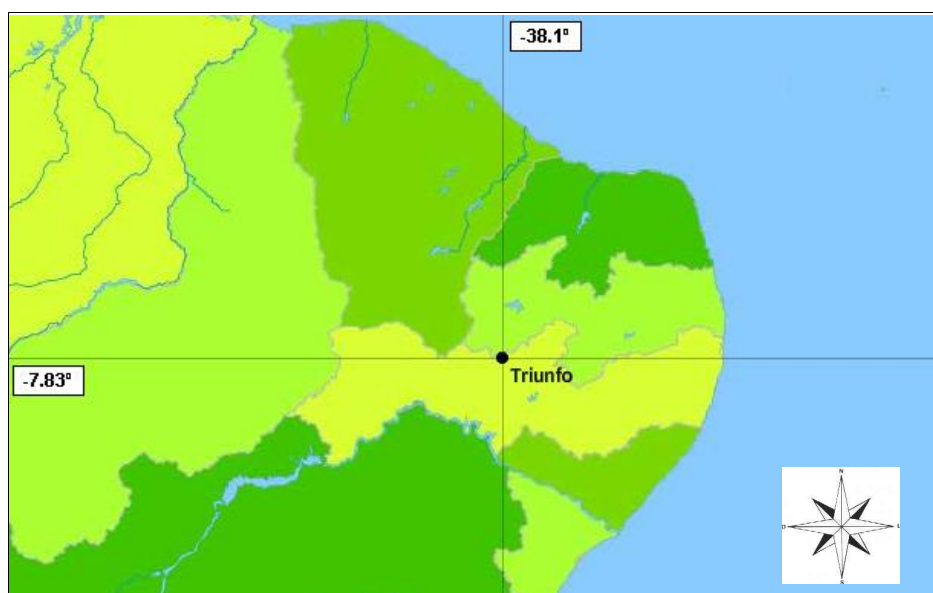


Figura 1- Mapa de localização do município de Triunfo/PE Fonte: IBGE, 2008b.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)